



INDÍGENAS E A GESTÃO TERRITORIAL: DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico
Universidade Federal de Roraima/Brasil
mbbethonico@insikiran.ufr.br

Resumo

O estado de Roraima, na Amazônia brasileira, possui trinta e duas terras indígenas já homologadas, porém, a luta desses brasileiros ainda prossegue e novas demandas surgiram, entre elas a educação superior. O objetivo da pesquisa é oferecer algumas reflexões sobre a relação e a importância do diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os acadêmicos como instrumento de participação das populações indígenas no cenário roraimense. Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamentos de dados referentes aos povos e a organização territorial. As demandas dos povos indígenas foram extraídas de momentos de participação em encontros das organizações. Os resultados apontam que existe uma demanda não apenas para a graduação, mas para a pós-graduação, quando os indígenas pretendem “aprender com os brancos” e retornar para as comunidades a fim de aplicar os conhecimentos para a melhoria da vida. A contribuição exige um repensar da própria universidade, de modo que permita uma abertura no sentido de reduzir a fragmentação dos saberes, iniciando o processo através da dialogia e da transdisciplinaridade.

Palavras-chave: Gestão – indígenas – Amazônia – Universidade - diálogo

Abstract

The state of Roraima in the Brazilian Amazon, has thirty-two indigenous lands already approved, but the fight still goes on these Brazilians and new demands have emerged, including higher education. The objective of this research is to offer some reflections on the relationship and the importance of dialogue between traditional knowledge and academics as an instrument of participation of indigenous peoples in the scenario of Roraima. The methodological procedures were carried out surveys of data on the people and territorial organization. The demands of the indigenous peoples were extracted moments of participation in meetings of organizations. The results show that there is a demand not only for graduation, but to graduate school, when the natives want to "learn from the whites" and return to the communities in order to apply knowledge to improve life. The contribution requires a rethinking of the university, in order to allow an opening to reduce the fragmentation of knowledge, starting the process through dialogism and transdisciplinarity.

Keywords: Management - Indian - Amazon - University - dialogue

Os conhecimentos produzidos em uma universidade são, geralmente, baseados na ciência moderna que tem como um de seus pressupostos a privatização desse conhecimento. Como lembra Little (2010), mesmo que tenha sido produzido por um grupo de pesquisadores, o conhecimento é uma propriedade intelectual que pode pertencer a um indivíduo ou a um grupo específico. Outra forma de conhecimento é o chamado “conhecimento tradicional” que, em oposição ao científico moderno, tem uma dimensão coletiva e sua circulação ocorre segundo as normas sociais do grupo que o produziu.

Muitos dos povos que possuem esse conhecimento tradicional, entre eles os indígenas que vivem na Amazônia, encontram-se numa situação de relação com uma outra cultura que tem sua base na ciência moderna e, por conta dessa relação estão em uma realidade de fortes alterações em seus ambientes naturais, econômicos, sociais e culturais. Esse é o caso das comunidades indígenas de Roraima que observaram seus espaços sendo invadidos por fazendeiros, criadores de gado, garimpo, pela lógica urbana e da propriedade privada da terra. Assim, de uma situação anterior de equilíbrio, depararam-se com uma de desequilíbrio, como receptores de impactos ambientais e culturais, com alterações no sistema de conhecimento que adotaram por séculos. Numa caminhada no sentido de buscar soluções para os novos problemas, esses povos encontraram no sistema universitário uma possibilidade de soluções. No caso específico de Roraima, a Universidade Federal de Roraima/UFRR tornou-se parceira, iniciando uma relação dialógica e de intercientificidade, como bem lembra Little (2010).

Ao considerar a expressiva participação da população – aproximadamente 11% - e do percentual de terras indígenas no Estado (46,2%), é impossível não refletir sobre a importância da parceria das universidades na garantia dos direitos constitucionais. Aqui será destacada a demanda por formação para gestão do território, pensada como caminho para a reprodução social e cultural desses povos, bem como para a sustentabilidade ambiental e a construção da autonomia.

O objetivo é oferecer algumas reflexões sobre essa relação e a importância do diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os acadêmicos como instrumento de participação das populações indígenas no cenário roraimense, enquanto atores atuantes e com plenos direitos. Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamentos de dados referentes aos povos (população, etnia, organização social e política) e a organização territorial de Roraima. As demandas dos povos indígenas foram extraídas de participações em assembleias das organizações indígenas e depoimentos de lideranças nesses momentos de encontros coletivos.

O momento histórico dos povos indígenas de Roraima, envolve necessariamente a gestão das terras. A busca de caminhos é uma constante, seja em forma de encontros regionais ou eventos, num movimento que abarca os novos direitos constitucionais como a cultura, o modo de vida, a educação e a gestão do território. Nesse momento, a universidade tem papel impar ao promover o diálogo e possibilitar o atendimento de algumas dessas demandas. Mas a contribuição exige um repensar da própria universidade, de modo que permita uma abertura no sentido de reduzir a fragmentação dos saberes, iniciando o processo através da dialogia e da transdisciplinaridade, dentro da nova concepção da complexidade. Assim, na relação universidade–povos indígenas, surge a necessidade de se repensar as relações com a natureza, além de pensar a própria vida em torno da complexidade.

As reflexões aqui apontadas se revelam oportunas quando se considera o momento em que a universidade tem trilhado caminhos para contribuir na gestão dos territórios indígenas, na autonomia desses povos e na garantia de direitos.

Roraima e sua diversidade ambiental e cultural

Entre os estados que compõe a Amazônia brasileira, Roraima se destaca pela sua localização geográfica, o mais ao norte, e pela sua diversidade paisagística e cultural, contendo em seu espaço áreas de floresta e de lavrado (cerrado) e várias etnias (Macuxi, Wapixana, Taurepang, Patamona, Ingaricó, Wai-wai, Wamiri-Atroari, Yanomami, Ye'cuana) distribuídas por todo o estado há séculos. A ocupação pelos não índios remonta ao período colonial, com destaque para a instalação das Fazendas Reais como forma de garantir a ocupação territorial da região do rio Branco. As pressões sobre as áreas indígenas não se limitaram à ocupação com gado nessas fazendas, mas ampliaram-se para outras formas de exploração dos recursos naturais, como o garimpo e, mais recentemente, a monocultura. Até o ano de 1982, o então território federal contava com apenas dois municípios, Boa Vista e Caracaraí, quando são criados mais seis municípios, incentivados por questões políticas, tanto local quanto nacional, no sentido de expandir a ocupação da região e levar ações do governo ao ponto mais distante na Amazônia e do centro do poder nacional (OLIVEIRA, 2008). Em 1988 essa parte da Amazônia é transformada em estado da federação. A malha municipal amplia-se a partir da década de 1990 completando os atuais 15 municípios, sendo o último o Uiramutã em 1995.

A instalação de infra-estrutura, como estradas, energia, comunicação e espaços para produção agropecuária (assentamentos rurais e áreas para monocultura) foram redesenhando a paisagem roraimense nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Entre as vias de acesso destacam-se a BR 174, que faz a ligação entre Manaus/AM e a fronteira norte com a Venezuela, passando pela capital Boa Vista, e a BR 210 ou Perimetral Norte, que imprimiram no espaço, após 1970, novas ocupações, com vilas que se tornaram cidades, entre elas, as frentes de assentamentos dirigidos que se instalaram por meio de ações de colonização do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As primeiras localizaram-se nas proximidades de Boa Vista (Colônia do Alto Alegre e os Programas de Assentamento Rápido Apiaú e Barauna), expandindo-se na direção sul (PAR Jauaperi e os Programas de Assentamento Dirigido/PAD Anauá e Jatapu), além das vilas agrícolas – cidades pioneiras - de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Rorainópolis (Vila do INCRA).

O impacto na paisagem de Roraima dessa política de colonização – POLORAIMA com o primeiro período de implantação entre 1975/79 - foi destacado por Mourão (2008, p. 99), quando “a região de floresta, ocupando 83% (186.030 km²) de toda a área territorial de Roraima, começa a ser povoada e explorada, principalmente, pela implantação de rodovias, assentamentos de colonos e exploração do ouro e diamante de forma não organizada”. A ocupação das áreas de floresta por assentamentos e vilas acarretaram novas demandas, como energia e estradas principais e vicinais, configurando uma pressão e alteração nas comunidades indígenas próximas, como é o caso da hidrelétrica do Jatapu, com os impactos ambientais sobre a bacia hidrográfica do rio Jatapu que, a jusante da hidrelétrica, encontram-se comunidades dos Wai-Wai.

As Terras Indígenas passam a compor esse cenário na década de 1980 com dez homologações e, na década seguinte, com a concretização do processo de mais dez áreas. Atualmente, o estado de Roraima possui trinta e duas terras indígenas já homologadas, fruto de um longo

processo de luta e conquista dos direitos pelos povos que ali habitam. Porém, a luta desses brasileiros ainda prossegue e novas demandas surgiram após a conquista da terra, entre elas está a educação superior, definida em três áreas principais: formação de professores para educação básica, gestão territorial e saúde, com o intuito de buscar soluções para as situações de degradação ambiental, doenças que surgiram entre eles após a ocupação e contatos com não índios. Enfim, a busca de caminhos para problemas característicos da sociedade não-indígena, capitalista e que tem como base a propriedade privada da terra e dos conhecimentos.

No processo de construção do espaço em Roraima, Cirino (2007) destaca em um estudo a existência de um jogo político no uso de espaços populacionais e de “autodenominação etnia” construída para inviabilizar o não reconhecimento de territórios indígenas. O centro desse jogo é a instalação de sedes de municípios nesses territórios, fato confirmado na emancipação de municípios de Roraima, como é o caso do Uiramutã e Pacaraima, ambos criados em 1995, quando o processo de identificação e demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol já estava em andamento. O processo desenvolveu-se ao longo do século XX quando pequenas vilas se formaram nas proximidades das áreas de garimpo, entre elas a do Uiramutã. Esse espaço, nesse momento histórico, já era ocupado de forma tradicional pelo grupo Macuxi, conforme registro de Lobo d’Almada, de 1787. Esse registro, juntamente com o dos monges beneditinos que instalaram a missão na região do Alto Surumu, com acolhida das etnias Wapixana, Taurépag e Macuxi, demonstram que a região é uma área tradicionalmente ocupada por índios.

A região sofreu impactos desde o período do garimpo, não apenas com a poluição dos rios, mas a existência de um povoado na região acarretou o aumento do alcoolismo e da prostituição, além de relações trabalhistas existentes nas fazendas de gado que ali se instalaram, onde alguns índios das etnias Macuxi e Wapixana faziam as tarefas de um vaqueiro, porém com um regime de escravidão ou semi-escravidão. Essas relações trabalhistas perpetuaram ao longo das décadas e ainda em 2001 várias mulheres indígenas trabalhavam como empregadas domésticas nas fazendas, sem nenhuma forma de remuneração (CIRINO, 2007).

Outra forma de pressão sobre áreas ocupadas tradicionalmente pelos índios de Roraima foi a monocultura do arroz, principalmente na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a instalação de unidades de produção de acácias (*acacia mangium*) na área de lavrado, com destaque para a região da Serra da Lua, ocupada pelos Wapixana. Assim, a diversidade e multiplicidade de situações (povos, paisagens, lugares) de Roraima levou à necessidade de se pensar uma gestão dos territórios indígenas, que caminhe na construção da autonomia e da sustentabilidade em seus vários sentidos – social, econômica, ambiental e cultural (BETHONICO, MACHADO, 2011, p. 77).

Terras indígenas homologadas em Roraima

Compreendese por terras indígenas os espaços ocupados por esses povos e que passaram por um processo de identificação, delimitação e homologação. O Art. 231 da Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê, para efeitos desse processo, áreas com as seguintes características: terras tradicionalmente ocupadas pelo índios e por eles habitadas em caráter permanente, incluindo as áreas das atividades produtivas, as “imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar” e os demais espaços necessários para garantir a reprodução física e cultural do grupo.

As áreas são demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI (Art. 1, Decreto nº 1.775/96). São homologadas através de decreto, finalizando o processo de demarcação e dos laudos antropológicos. Aos indígenas cabe a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nesse espaço, respeitando a sua característica de inalienável. Não se trata apenas de uma 'reserva indígena' resguardar o local de moradia ou demais espaços com significação simbólica, mas assegurar um espaço para a reprodução em todos os seus aspectos, privilegiando um regime de propriedade coletiva da terra.

No cenário roraimense, com suas 32 terras indígenas que tiveram o início de sua homologação no ano de 1982 e estendendo-se até 2009 (QUADRO 1), é importante destacar que, em sua maioria, essas áreas são pequenas (até 10 mil ha.) e médias (entre 10 e 99 mil ha.). Na primeira situação estão as Terras Indígenas Ananás, Aningal, Anta, Bom Jesus, Cajueiro, Mangueira, Muriru, Pium, Raimundão, Sucuba e Truaru; na segunda encontram-se as Terras de Anaro, Araçá, Boqueirão, Barata-Livramento, Canauanim, Jabuti, Malacacheta, Manoa-Pium, Moskow, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês, Serra da Moça e Tabalascada. Como indicam Frank e Cirino (2010, p. 26), as “extensões em si, revelam pouco quando se trata de avaliar a sustentabilidade de terras indígenas em termos ecológicos, econômicos e, principalmente, em termos 'culturais', no curto, médio e longo prazo, do ponto de vista das populações que os habitam”.

Mesmo considerando as dificuldades enfrentadas pelos povos que ocupam essas terras demarcadas e homologadas em formato de ilhas (espaços limitados por fazendas e propriedades particulares, reduzindo expressivamente o espaço vital das comunidades), cabe destacar que a luta dos povos indígenas conduziu à garantia da terra, conforme os dizeres da Constituição Federal de 1988 (Artigo 231). Importante lembrar que o sentido da terra para as comunidades indígenas ultrapassa os limites de um meio de subsistência, mas representa um suporte para a vida social, sendo esta ligada aos sistemas de crenças e de conhecimento, construídos em uma relação histórica. Dessa forma a Terra Indígena não representa apenas um espaço físico, um meio ambiente, mas um modo de vida.

Quadro 1.
Terras indígenas de roraima

Etnia	Terra Indígena	Município	Homologação/ Demarcação	Área total (ha)
Macuxi	Ananás	Amajari	1982	1.769
Macuxi	Aningal	Amajari	1982	7.627
Macuxi	Cajueiro	Amajari	1982	4.304
Macuxi	Mangueira	Alto Alegre	1982	4.064
Macuxi	Ouro	Amajari	1982	13.573
Macuxi	Ponta da Serra	Amajari	1982	15.597
Macuxi	Santa Inês	Amajari	1982	29.696
Macuxi	Sucuba	Alto Alegre	1982	5.983
Macuxi/Wapixana	Araçá	Amajari	1982	50.018
Macuxi/Wapixana	Manoá/Pium	Bonfim	1982	43.337
Wamiri-Atroari	Wamiri/Atroari	Rorainópolis	1989	666.311
Macuxi	Pium	Alto Alegre	1991	4.608

Macuxi/Wapixana	Anta	Alto Alegre	1991	3.174
Macuxi/Wapixana	Serra da Moça	Boa Vista	1991	11.626
Macuxi/Wapixana	Truaru	Alto Alegre	1991	5.653
Macuxi/Wapixana/ Taurepang	São Marcos	Boa Vista/ Pacaraima	1991	654.110
Wapixana	Bom Jesus	Bonfim	1991	859
Yanomami	Yanomami	Iracema/Amajari/ Caracarai/Mucajaí / Alto Alegre	1992	5.792.669
Macuxi/Wapixana	Canauanim	Bonfim	1996	11.182
Macuxi/Wapixana	Jabuti	Bonfim	1996	14.210
Wapixana	Malacacheta	Bonfim	1996	28.632
Macuxi/Wapixana	Raimundão	Alto Alegre	1997	4.277
Macuxi/Wapixana	Barata/Livramento	Alto Alegre	2001	12.883
Macuxi/Wapixana	Boqueirão	Alto Alegre	2003	15.860
Macuxi/Wapixana	Moskow	Bonfim	2003	14.200
Wapixana	Muriru	Confim/Cantá	2003	5.520
Wai-wai	Wai-Wai	Caroebe/S.Luiz/S.J. Baliza	2003	405.000
Wapixana	Jacamim	Bonfim	2005	189.500
Wapixana	Tabalascada	Cantá	2005	13.024
Macuxi/Wapixana/ Ingaricó/Patamona/ Taurepang	Raposa Serra do Sol	Normandia/ Uiramutã/ Pacaraima	2005	1.678.800
Wapixana	Anaro	Amajari	2006 (Decl. Port. 962)	30.000
Wai-wai	Trombetas/Mapuera	Caroebe	2009	663775

Fonte: FUNAI/ISA. Organizado pela autora.

A conquista dos direitos e os processos sociais de auto-afirmação têm como uma das consequências o crescimento populacional entre os indígenas quando, entre os anos de 1970 e 2001 foi de 4% frente ao crescimento populacional brasileiro de 1,6%. Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Roraima tem uma população total de 451.277 habitantes, sendo que a população indígena representa 11,62%, totalizando 52.473. Com o crescimento populacional nas áreas menores os problemas da sobrevivência do grupo têm se agravado, principalmente quando se considera a importância da sustentabilidade cultural, ambiental e econômica, tornando-se uma nova bandeira de luta dos povos indígenas, não apenas de Roraima, mas de todo o Brasil. Dessa forma, esse crescimento populacional é um dos desafios para a gestão do território, configurando uma demanda desses povos.

Gestão territorial: um novo desafio para os povos indígenas e a contribuição do ensino superior

O caminho percorrido pelos indígenas no que se refere à participação na conquista da plenitude dos seus direitos como cidadãos é marcado, inicialmente, pela conquista da terra. Melatti (2007, p. 274) destaca que esse direito foi reconhecido desde o período colonial, “apesar da dubiedade da legislação colonial concernente aos índios”, como também a designação das terras indígenas como devolutas na lei de terras de 1950 e a intenção que envolvia tal designação. A vigência atual, a Constituição de 1988, estabelece prazos para a conclusão das demarcações – 5 anos – mas o autor aponta as dificuldades para a efetivação dessa recomendação constitucional, não apenas pela insuficiência de recursos, mas também pelos inúmeros interesses em contrário.

A inserção de novos objetos no espaço que há alguns séculos era tradicionalmente utilizado pelos índios de Roraima, como a monocultura, o gado e o turismo, tem demandado um esforço desses povos no sentido de uma reconstrução de seus territórios. E essa reconstrução não está limitada aos novos objetos que se encontram presentes ou que deixaram suas marcas na paisagem, mas envolve paralelamente a conscientização da necessidade de reavivar a cultura, os modos de vida e o estabelecimento de uma convivência mais harmoniosa com o meio ambiente, tudo para a busca da autonomia.

Nesse contexto e ao externar as novas demandas, os povos indígenas caminham em direção à territorialização, isto é, na efetivação das múltiplas formas de construção e apropriação do espaço social. Como lembra Haesbaert (2006), a territorialização pode ser concreta ou simbólica, mas implica sempre numa interação com elementos de poder político e disciplinar, interesses econômicos, necessidades ecológicas e desejo de subjetividade.

Bethonico e Machado (2011, p. 80) destacam a importância de se pensar o espaço com suas marcas resultantes de um poder constituído e dos conflitos decorrentes das ações dos atores que nele atuam. Para se compreender esse espaço é necessário “considerar as relações entre os grupos sociais e culturais que ali habitam, as relações com o meio ambiente e a disputa pelos recursos naturais, sendo o conceito de território um aliado para essa compreensão”, uma vez que trata-se do espaço da prática, usado e vivido pelos atores, isto é, o palco onde os fenômenos ocorrem.

A concretização da territorialização ainda está em construção. Para tal, temas como língua, cidadania, educação diferenciada, saúde, sustentabilidade e justiça são destacados nas discussões enquanto direitos a serem conquistados. Um dos elementos da diversidade é a língua, por isso sua valorização é fundamental para a efetivação da identidade cultural. Nesse sentido a temática da língua e a educação diferenciada são almejadas pelas comunidades e desenvolvidas em projetos que buscam superar o modelo escolar integrador e imposto desde os tempos coloniais. A saúde torna-se, também, uma demanda tanto no que se refere à promoção de ações para o bem estar das comunidades como a autonomia frente aos modelos protecionistas dos governos.

As ações para buscar o atendimento às demandas são originadas, normalmente de organizações e do movimento indígena. As lideranças que atuam nas comunidades (tuxauas) e nas organizações (coordenadores) não o fazem apenas no âmbito local, mas junto a outros líderes indígenas, ao governo federal e na esfera internacional. Entre as características desses líderes está o fato de que são “pessoas que dominam bem a língua portuguesa, têm instrução

escolar, sabem como agir perante os moradores das grandes cidades, e não raro, na sua biografia, contam com um bom período de formação junto aos brancos, fora de sua comunidade de origem” (MELATTI, 2007, p. 278).

Como apontado acima, entre as preocupações relacionadas ao território e sua gestão, estão a educação e os impactos ambientais oriundos da agricultura (monocultura) e criação de gado, que se tornaram centrais nas demandas dos povos indígenas de Roraima. Para contribuir no atendimento a essas necessidades, o governo federal lançou programas específicos para o acesso dos indígenas ao ensino superior.

Em encontros nas comunidades é possível perceber que as necessidades ainda são muitas, uma vez que existe uma demanda não apenas para a graduação, mas para a pós-graduação, quando os indígenas pretendem “aprender com os brancos” e retornar para as comunidades a fim de aplicar os conhecimentos para a melhoria da vida.

Na escala nacional, o ensino superior é contemplado com a criação do Programa Diversidade na Universidade, Lei nº 10.558 de 10 de novembro de 2001 e regulamentado pelo decreto nº 4.876/03, que tem como finalidade implementar e avaliar as estratégias para possibilitar o acesso ao ensino superior de grupos socialmente desfavorecidos, entre eles os indígenas (Art. 1º), com a previsão de repasse de recursos da União para entidades educacionais, públicas ou privadas. Outro programa, o Universidade para Todos/PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, prevê a oferta de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação em universidades privadas de ensino superior. O pré-requisito é ter renda familiar mensal per capita inferior a um salário mínimo. Com esse programa, mais uma possibilidade surge para o ingresso dos indígenas no ensino superior.

A partir do ano de 2005, foi instituído o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas/PROLIND, com o objetivo de apoiar a formação de professores indígenas em nível superior para a docência no ensino fundamental e médio. Os recursos disponibilizados são para financiamento de cursos de licenciatura, integrando ensino, pesquisa e extensão, visando a valorização de temas relevantes para os povos indígenas, como língua, gestão e sustentabilidade de suas terras e culturas. Com esse programa, a política pública vem atender às demandas para a valorização da diversidade e a promoção da equidade na educação, com a ampliação da oferta de vagas específicas nas universidades brasileiras¹.

Em Roraima, as demandas para o ensino superior são expressas em uma assembleia realizada na comunidade Canaúanim, no município do Cantá, no ano de 2000. O momento foi efetivado pela Organização dos Professores Indígenas de Roraima/OPIR, com a temática da formação em nível superior. Neste momento, “os professores aprovaram uma proposta a ser encaminhada à UFRR, por meio da qual foram solicitadas vagas em diversos cursos, sendo que alguns sequer eram ou são ofertados pela Instituição” (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2008, p. 14). No contexto de garantia dos direitos dos povos indígenas, a universidade reconhece a necessidade de atender essas demandas ao criar uma comissão para articular a sua efetivação e, também, dialogar com as organizações indígenas e demais instituições interessadas. O resultado foi a criação, em 2001, do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena (atualmente Instituto), com a oferta do curso de Licenciatura Intercultural e com o objetivo de formar professores que possam contribuir em suas comunidades e orientarem-se quanto as particularidades do novo contexto em que vivem os

povos indígenas. Essa ação foi possível por estar prevista numa política de educação voltada para os povos indígenas, que tem seu amparo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, no Referencial Curricular para as Escolas Indígenas, na Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Educação/CNE, no Plano Nacional de Educação e na Convenção 169 (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2008, p. 13).

Com a criação do Instituto Insikiran, foi possível a Universidade Federal de Roraima atender não apenas às demandas pela formação superior de professores indígenas, mas uma parte das demandas territoriais, com a criação do Curso de Gestão Territorial Indígena que iniciou sua primeira turma no ano de 2010.

Em visitas às comunidades e participação em encontros e assembleias, é possível perceber que as demandas ainda são muitas e, no caso específico desse estudo, a formação para os indígenas, não apenas no ensino fundamental e médio, mas no superior. Endente-se como necessário que os indígenas busquem formação, não apenas de graduação, mas também de mestrado e doutorado, como forma de conhecer a cultura e a ciência criada na era moderna pelos não índios, considerada como produtora de impactos ambientais e culturais, e após a formação, retornar para as comunidades a fim de aplicar os conhecimentos para a melhoria da vida de seu povo. Esse retorno pode ser tanto em forma de atendimentos específicos, como a medicina e a produção agrícola, como para as escolas ou uma futura universidade indígena, tratada como um sonho que será concretizado. Outra demanda apresentada é a produção agrícola, no sentido de garantir alimentação para a crescente população, para se construir alternativas, seja para a segurança alimentar, seja na formação educacional, como forma de reduzir o movimento migratório da população jovem em direção às cidades e construir a autonomia.

O momento histórico dos povos indígenas de Roraima, envolve necessariamente a gestão das terras. A busca de caminhos é uma constante, seja em forma de feiras, encontros regionais ou eventos, num movimento que abarca os novos direitos constitucionais como a cultura, o modo de vida, a educação e a gestão do território. Nesse momento, a universidade tem papel impar ao promover o diálogo e possibilitar o atendimento de algumas dessas demandas.

A partir do reconhecimento dos direitos, programas de ações afirmativas são implantados e, no que se refere ao ensino superior, “devem visar, não só o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo durante os primeiros anos onde são por vezes altas as taxas de abandono” (SANTOS, 2005a, p. 69). Destacando projetos legislativos que preveem vagas específicas para serem preenchidas por estudantes negros, indígenas e de escolas públicas, enfatiza que

Em consonância com o princípio da autonomia universitária, o projeto garante latitude para que cada instituição determine os critérios de distribuição e de seleção para o preenchimento das vagas reservadas a estudantes de baixa renda e grupos raciais sub-representados no ensino superior. Estas propostas representam um esforço meritório no sentido de combater o tradicional elitismo social da universidade pública, em parte responsável pela perda de legitimidade social desta (SANTOS, 2005a, p. 71).

A necessidade de conhecer o “mundo do não-índio” para melhor se organizar e participar enquanto cidadão brasileiro, tem levado muitos indígenas a buscar formação universitária. Um dos principais motivos dessa busca é poder atuar nas próprias comunidades como professores nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Cabe considerar que ainda não foi efetivada a conquista de escolas realmente diferenciadas, com currículos próprios de forma a atender as especificidades de cada grupo étnico, explicando a busca de

formação em conformidade com as exigências legais das secretarias de educação estaduais, mas nem sempre a real necessidade da comunidade.

Essas ações estão relacionadas ao etnodesenvolvimento que parte da necessidade de se buscar estratégias próprias para o desenvolvimento de populações, no caso específico, indígenas. Com isso pretende-se evitar o erro de implementar modelos prontos que são adotados em outros países ou regiões que apresentam características e trajetórias históricas diferentes, respeitando as especificidades de cada etnia e, dentro das etnias, de cada comunidade. O etnodesenvolvimento pressupõe o uso de estratégias “voltadas para as necessidades básicas, ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo” (FUNAI, 2008, p.8).

O conceito de etnodesenvolvimento está, dessa forma, relacionado ao de autonomia, entendendo-se por autonomia o exercício do direito à livre autodeterminação dos povos, de acordo com o que estabelece o Artigo 1 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Sociais e Culturais, implicando substancialmente no reconhecimento de um autogoverno comunitário no âmbito de um Estado Nacional (LIMA, 2006).

Segundo Lima (2006) é desejo dos povos indígenas do Brasil reconstruir processos autônomos de vida em seus territórios. Para esse fim, a autogestão torna-se um elemento central. No seu discurso, o autor defende que a luta pela emancipação social, política e econômica dos povos indígenas é uma forma de tirá-los das péssimas condições de vida em que se encontram atualmente. Ter autonomia não é o mesmo que independência e nem envolve soberania, uma vez que estes são elementos relacionados a um Estado Nacional. Nesse sentido, autonomia é uma “entidade menor no interior de uma entidade maior única e soberana” (LIMA, 2006, p. 94) e sustenta-se nas bases e práticas políticas da multiculturalidade, autonomia e sustentabilidade, fundamentando-se na vontade de interagir, de participar e de não excluir componentes culturais e políticos diversos.

Considerações Finais

Buscar respostas para as várias questões relacionadas ao etnodesenvolvimento, autonomia e educação diferenciada, certamente é a grande contribuição da universidade para a gestão das terras indígenas. Cabe aqui resgatar um frase que expressa o momento de transição por que passa a universidade e, no caso específico aqui apontado, dos povos indígenas, indicando que o caminho a ser trilhado já é sabido, mas “sabemo-nos o caminho mas não exatamente onde estamos na jornada” (SANTOS, 2005b, p. 92), significando o momento de construção de um novo modelo ou sistema de vida para os povos indígenas, onde a universidade tem sua contribuição através da oferta de vagas em cursos já existentes ou na efetivação de novos cursos, em projetos de pesquisa e extensão voltados para a gestão territorial e ambiental.

As lideranças indígenas, seja nas comunidades com a figura dos tuxauas, seja nas organizações, têm percebido a falta de teorias que lhes permitam estabelecer relações e reflexões sobre a prática e participação na sociedade não-indígena.

Cabe destacar a importância das universidades nesses debates, principalmente ao considerar o espaço universitário como privilegiado no diálogo e na construção de saberes. A situação de

preconceito, discriminação e intolerância experimentada pelos grupos minoritários em nossa sociedade vem ampliar a necessidade da democratização da universidade, prolongando a situação de maior visibilidade alcançada pelos povos indígenas brasileiros.

Notas

¹Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_153.php>. Acesso em: 12 abr. 2011.

Bibliografia

BETHONICO, Maria Bárbara de M.; MACHADO, Ananda. Relato de experiências na formação de gestores territoriais indígenas: o trabalho de campo como instrumento. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 5, n. 10, p. 77-93, Jul/Dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Justiça. *Construindo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – documento de apoio para as consultas regionais*. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial para a Elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, 2010.

BRASIL; Fundação Nacional do Índio. *Manual de promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas – Exercício 2008*. Brasília: FUNAI/Diretoria de Assistência; Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário, 2008.

CARVALHO, F. A. de; FERNANDES, M. L.; REPETTO, M. (Orgs.). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural/Núcleo Insikiran/UFRR*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

CIRINO, Carlos Alberto M. Aldeia Uiramutã: corrutela, vila e município. *Revista do Núcleo Histórico Socioambiental/NUHSA*, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 33-50, out. 2007.

FRANK, Erwin H.; CIRINO, Carlos Alberto. Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Orgs.). *Roraima: homem, ambiente e ecologia*. Boa Vista: FEMACT, 2010. p. 11-33.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA, Antônio Carlos de Souza (Coord.). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional; UNESCO; Fundação Ford, 2006.

LITTLE, Paul E. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: LITTLE, Paul E. (Org.). *Conhecimentos tradicionais para o Século XXI: etnografias da intercientificade*. São Paulo: Annablume, 2010. pp. 9-31.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MOURÃO, Gersa Maria Neves. Roraima no contexto agrário. In: SILVA, P. R.; OLIVEIRA,

R. S. (Orgs.). *Roraima 20 anos: geografias de um novo Estado*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. p. 89-116.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na configuração político-administrativa do estado de Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo. In: SILVA, P. R.; OLIVEIRA, R. S. (Orgs.). *Roraima 20 anos: geografias de um novo Estado*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. p. 46-86.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

